

05.07.2017 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: [CNIPE – Confederação Independente de Pais e Encarregados de Educação](#)

Rui Martins (Presidente da Direção).

Recebidos por: Deputados Amadeu Albergaria (PSD), Coordenador, Maria Augusta Santos (PS), Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

Assunto: Peso das Mochilas Escolares.

Exposição: O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD), que presidiu à reunião, na qualidade de Coordenador do [Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares](#), cumprimentou o Doutor José Gonçalves, enquanto membro do Conselho Executivo da CONFAP, e informou que, no seguimento da Petição n.º 271/XIII/2.^a -Solicitam a adoção de medidas políticas e legislativas quanto ao peso das mochilas escolares, foi determinada a criação do presente Grupo de Trabalho (GT), com vista a indagar das medidas possíveis de serem adotadas neste âmbito. Mais referiu que o GT solicitou já contributos escritos a diversas entidades do sector, com vista a uma tomada de posição consciente e devidamente enquadrada, bem como se encontra a ser elaborado um estudo de direito comparado sobre a temática, para averiguar das melhores práticas europeias e internacionais neste âmbito. Terminou, indicando a grelha de tempos da reunião e deu-lhe depois a palavra para a intervenção inicial.

O Doutor Rui Martins agradeceu a oportunidade de poder contribuir para este trabalho, não obstante a CNIPE não ter assinado esta petição.

Referiu que o tema do peso das mochilas escolares é uma preocupação constante, tendo já vários autores e respetivos estudos atestado que este excesso de peso contribui para problemas de saúde das crianças.

Na opinião da CNIPE os pais devem preocupar-se com o dia-a-dia dos seus filhos, e logo na perceção do peso das mochilas do seu educado. Considera, assim, que a primeira responsabilidade é dos pais, devendo a escola agir em conformidade e organizar-se de modo a simplificar, para que as crianças apenas tenham de levar o necessário, sugerindo que seja fixada uma sala por turma, o que apenas acontece com o 1.º ciclo.

Apelou, ainda, à necessidade de se repensar a lista de material escolar para a aula, bem como considerar ser necessária a diminuição do horário. Ao mesmo tempo, referiu que deviam ser encetadas ações juntos dos próprios alunos, para que estes aprendam o que transportar nas mochilas. Outra solução, tida como viável, seria a possibilidade de existência de cacifos nas escolas.

Expôs que a CNIPE defende uma escola sem mochilas. Com efeito, considera que os manuais poderão vir a ser eliminados e, conseqüentemente substituídos por outros meios, não se opondo a esta realidade. Para concretizar estas medidas, os manuais deverão ser disponibilizados *online* em formato digital e disporem de uma versão impressa, sugerindo a possibilidade de aquisição de um computador a custo fixo.

Referiu, ainda, que na opinião da CNIPE talvez seja possível o fracionamento dos manuais escolares de forma desejável com esta pretensão.

Salientou que não consideram como adequada a solução de existência de uma balança nas salas de aulas.

Terminou, referindo que a atuação neste âmbito deve ser uma atuação concertada e em conjunto, entre a escola, a família e a criança.

Dada a palavra à Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), esta saudou a CNIPE na pessoa do Doutor Rui Martins, felicitando-o pela forma como abordou a temática, registando como positivo o facto de considerar que a primeira responsabilidade é dos pais. Sublinhou que, é normal que as crianças do 1.º e 2.º ciclo pretendam levar um pouco de tudo para a escola, quer precisem, ou não do material em questão, o que contribui para o aumento do peso da mochila que resulta já ser excessivo só com o peso dos manuais escolares.

Evidenciou que hoje existem um conjunto de circunstâncias diversas que impõem uma consideração do tema com outros olhos, podendo implicar, nomeadamente a necessidade de reorganização dos manuais escolares que, com o passar dos anos, foram aumentando de volume.

Já no que respeita à eventual redução do horário de aulas, pensa que tal será difícil, uma vez que as regras de constituição de horários são muito apertadas.

Também não vê como viável a existência de um cacifo por aluno, sendo certo que a realidade escolar atual passa pela partilha de um cacifo por cada dois alunos.

Terminou, referindo ter tomado boa nota das recomendações feitas e que em tempo útil serão apresentadas com vista a contribuir para uma solução que vá ao encontro das preocupações dos pais e dos Grupos Parlamentares.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) cumprimentou o Doutor Rui Martins saudando-o pela clareza dos argumentos apresentados. Referiu que, por parte do Grupo Parlamentar do PCP, é uma matéria que preocupa e que merece uma reflexão com vista à tomada de medidas. Contudo, sendo uma situação com vários fatores a considerar, exigirá uma ponderação, denotando-se esta necessidade nos pareceres que têm sido recebidos.

Considera, assim, que haverá que distinguir o peso relativo dos manuais escolares, do peso dos restantes materiais didáticos, eventualmente em função do ano de ensino, o que poderá gerar medidas distintas consoante o ciclo.

Reportou, depois, que o seu Grupo Parlamentar tem duas preocupações quando se fala do recurso às novas tecnologias. A primeira, no que respeita aos 1.º e 2.º ciclos, uma vez que nestes ciclos o manual é utilizado como uma forma para a aprendizagem da escrita manual. Desta forma, considera prudente ver em que sentido estamos a caminhar e, eventualmente, envolver neste processo quem diariamente trabalha com o livro. A segunda, que se prende com o garantir a igualdade dos recursos didáticos, questionando quantas famílias dispõem de condições para tanto, pois que um dos objetos da escola é permitir superar estas desigualdades, e não potenciá-las.

Terminou, questionando se a CNIPE tinha alguma posição sobre esta matéria.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) cumprimentou o Doutor Rui Martins e começou por reportar-se, em primeiro lugar, à questão dos trabalhos de casa, informando ter conhecimento que, hoje em dia, estes são muitas vezes concretizados por recurso às novas tecnologias.

Referiu, ainda, que nesta matéria deverá haver uma articulação entre os pais, escola e professores, com vista à definição daquilo que é de ser tido como sensato, pois que o seu Grupo

Parlamentar considera que este problema dificilmente se resolverá com o recurso a medidas legislativas.

No que respeita aos cacifos, referiu ter conhecimento de que quando estes não existem em número suficiente, costuma ser potenciada a possibilidade da sua partilha.

No que concerne à possibilidade de existência de uma balança nas salas de aula, também referiu que o seu Grupo Parlamentar não vê como é que esta pesagem contribuirá para a diminuição do peso das mochilas escolares.

Terminou, referindo ser importante que se atenda a esta contrariedade, mas também às diversas premissas que deverão ser ponderadas, pois que o que se pretendem é encontrar medidas tidas como exequíveis com vista à diminuição do peso das mochilas escolares.

Devolvida a palavra para resposta ao Doutor Rui Martins, o mesmo começou por referir que considera que as editoras poderão fazer muito mais, no que aos manuais escolares respeita, com vista a aliviar o peso das mochilas.

Prosseguiu, referindo que este problema é uma questão de bom senso e que a solução para o mesmo deve começar pelas famílias, em sua casa. Com efeito, sublinhou que cada pai tem de ter o trabalho e a responsabilidade de organizar o dia-a-dia dos seus filhos.

Referiu que, de facto, um cacifo por aluno poderá não ser uma medida exequível, mas que vê com bons olhos a possibilidade de partilha, tratando-se até de uma medida positiva do ponto de vista pedagógico.

Quanto à questão dos trabalhos de casa, considerou não se tratar de um verdadeiro problema para o peso das mochilas. Considera, antes, que o problema aqui são as crianças mais pequenas que gostam de andar com tudo na mochila, pelo que compete aos pais minimizar isto, devendo a escola contribuir com o resto.

A CNIPE defende que nenhum aluno fique para trás, sendo certo que ninguém pode garantir o que poderá acontecer amanhã, pensando, contudo, que *a priori* estes problemas serão minimizados.

Já no que respeita à aprendizagem da escrita nos primeiros anos, considera que se trata de um trabalho a desenvolver nas escolas que poderá passar, ou não, pela existência de manuais digitais, não existindo qualquer vantagem em ser avesso ou contra às tecnologias, devendo antes ser garantidas condições de igualdade para todos.

Terminou, referindo que os manuais escolares e o peso são uma questão a tratar, questão esta que exige bom senso e disponibilidade de todos os intervenientes (escola, família e professores), para que a escola amanhã seja melhor para todos.

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) agradeceu a disponibilidade da CNIPE, na pessoa do Doutor Rui Martins, encontrando-se a gravação da audiência estão disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 05 de julho de 2017

A assessora

Ágata Leite



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Grupo de Trabalho sobre o Peso das Mochilas Escolares
